

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO/
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO DA
REDE CULTURAL TERRAS DA CHANFANA**

Valor: - € 16.000,00

Entre o **Município de Penela**, pessoa coletiva de direito público, com o nº. de identificação 506778037, com sede na Praça do Município, nº. 13, concelho de Penela, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Luís Filipe da Silva Lourenço Matias**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho de Penela, outorgando com poderes para o ato, adiante designado por Primeiro Outorgante,
E -----

Suggestus - Inovação para o Desenvolvimento, Unipessoal Lda., com o NIPC 510 499 996, sediada na Rua Sociedade Musical 5 de Outubro, nº40, 3º eq., Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, 2840-117 Seixal, representada legalmente neste ato por Vítor Manuel Baptista Martelo, portador do cartão de cidadão nº 6263439 9ZW0, com domicílio profissional na Rua Sociedade Musical 5 de Outubro, nº40, 3º eq., Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, 2840-117 Seixal, adiante designado por Segundo Outorgante,

É celebrado o presente contrato de prestação de serviços que ficará a reger-se pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira


(Objeto)

1. Obriga-se o Segundo Outorgante a prestar, ao Primeiro Outorgante, serviços de **“direção/ coordenação de programação e produção da Rede Cultural Terras da Chanfana”**, no que diz respeito à operação **“Do Xisto à Chanfana vai um Mundo”**, melhor descrito nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos. -----

Cláusula Segunda

(Local da prestação dos serviços)

Os serviços serão prestados no concelho de Penela. -----



Cláusula Terceira

(Prazo de execução)

1. O prazo de execução do contrato é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias, a partir da data da respetiva assinatura. -----
2. O contrato mantém-se em vigor até ao final da referida prestação de serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo. -----

Cláusula Quarta

(Preço e condições de pagamento)

1. O encargo do presente contrato é de 16.000€ (dezasseis mil euros) ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido. -----
2. O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao primeiro outorgante. -----
3. O pagamento da prestação dos serviços será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, sujeito à emissão de fatura, que só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula Quinta

(Cessão da posição contratual)

O segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da primeira outorgante. -----

Cláusula Sexta

(Penalidades)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o primeiro outorgante pode exigir ao segundo outorgante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas da prestação de serviços. -----
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do segundo outorgante, o primeiro outorgante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor do contrato. -----
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo segundo outorgante, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução. -----

Cláusula Sétima

(Força Maior)

Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou por força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no presente contrato, conforme elencado na cláusula décima terceira do caderno de Encargos. -----



Cláusula Oitava

(Dever de Sigilo)

1. O representante do segundo outorgante garantirá o sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ao Município de Penela, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;-----
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;-----

Cláusula Nona

(Caução)

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo segundo outorgante, de acordo com o disposto no nº. 2 do artigo 88º. do Código dos Contratos Públicos.-----

Cláusula Décima

(Prevalência)

Fazem parte integrante do presente contrato o convite, o caderno de encargos e a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.-----

Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o caderno de encargos e o convite e em último a proposta apresentada.-----

Cláusula Décima Primeira

(Foro competente)

O Primeiro e Segundo Outorgantes convencionam submeter a solução dos litígios emergentes do presente contrato ao Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Cláusula Décima Segunda

(Identificação do gestor do contrato)

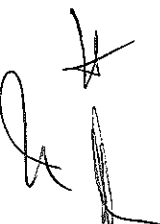
Nos termos do artigo 290º- A do Código dos Contratos Públicos, assumirá funções de gestor do contrato Mário José Rodrigues Duarte.-----

Cláusula Décima Terceira

(Comunicação entre as partes)

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do primeiro outorgante dirigidas ao segundo outorgante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.-----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.-----

Cláusula Décima Quarta



(Resolução do contrato)

1. O incumprimento contratual pode conferir ao primeiro outorgante o direito à resolução do contrato.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de sanções pecuniárias, a título de comprovação pelos danos e prejuízos decorrentes do incumprimento.-----

Cláusula Décima Quinta

(Disposições finais)

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor para processamento das despesas públicas. -----
2. A abertura do procedimento pré-contratual, na modalidade de Consulta Prévia, foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 4 de maio de 2021.-----
3. A aquisição de serviços do presente contrato foi adjudicada por despacho praticado pelo Presidente no dia 15 de junho de 2021.-----
4. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho de 15 de junho de 2021 do Presidente da Câmara.-----
5. O presente contrato terá o encargo total de 19.680,00€ (dezanove mil, seiscentos e oitenta euros) e será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município de Penela, satisfeito pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica 0102 (zero um, zero dois); classificação económica 02 02 20 (zero dois, zero dois, vinte) e pelo n.º sequencial de compromisso 28259.

Cláusula Décima Sexta

(Aceitação)

E pelo representante do segundo outorgante, na aludida qualidade, foi dito: -----
Que aceita o presente contrato em nome e para a sua representada, com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

Foram apresentados os seguintes documentos: -----
- Declaração nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 81º do Código dos Contratos Públicos, datada de 15 (quinze) de junho de 2021. -----
- Certidão Permanente de Registos, obtida com o código de acesso 4158-3615-4542; -----
- Declaração do Instituto da Segurança Social, IP, datada de 23 de março de 2021, comprovativa da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social, válida pelo prazo de 4 meses;
- Certidão emitida pelos Serviços de Finanças do Seixal, datada de 12 de junho de 2021, comprovativa da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, válida por três meses;-----
- Fotocópia do cartão de cidadão dos legais representantes do segundo outorgante; -----

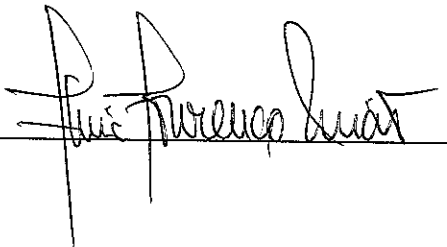


- Fotocópia dos Certificados dos Registos Criminais do segundo outorgante e seus representantes, válidos até 27 de agosto de 2021; -----

E para constar se lavrou o presente contrato, composto por 3 folhas, ocupando a frente e verso, feito em duplicado, que foi lido em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes, explicado o seu conteúdo e efeitos, de que mostraram ficar cientes, obrigando-se ao seu fiel e rigoroso cumprimento e, por isso, vai ser assinado pelos contratantes, perante mim, Maria Leonor Carnoto, na qualidade de oficial público nomeado por deliberação camarária de vinte de outubro de dois mil e dezassete, ao abrigo do artigo 35º, número 2, alínea b) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

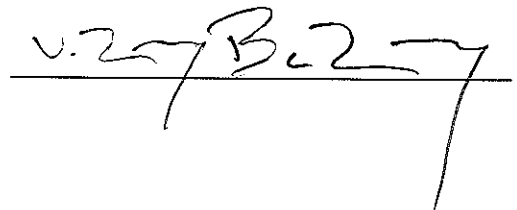
Paços do Município de Penela, 16 de junho de 2021. -----

O 1º OUTORGANTE,



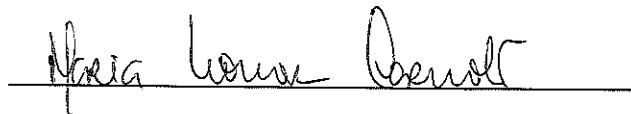
Handwritten signature of the 1st contractor, written in black ink over a horizontal line.

O 2º OUTORGANTE,



Handwritten signature of the 2nd contractor, written in black ink over a horizontal line.

O OFICIAL PÚBLICO,



Handwritten signature of the public official, Maria Leonor Carnoto, written in black ink over a horizontal line.

